
SE HÁ LGBTFOBIA NÃO HÁ AGROECOLOGIA: COLETIVOS DE JUVENTUDES LGBTQIAP+ E PROCESSOS EDUCATIVOS SOBRE DIVERSIDADE AFETIVA, SEXUAL E DE GÊNERO

Gabriel Mattos Ornelas¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de compreender os processos educativos construídos a partir dos coletivos de juventudes que reivindicam o reconhecimento da diversidade afetiva, sexual e de gênero no campo, nas florestas e nas cidades. Para tanto, serão descritos e analisados os processos educativos realizados pelos coletivos de juventude LGBTQIAP+ do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, do Movimento Indígena (Coletivo Tibira) e do Movimento Agroecológico. Além disso, o estudo busca contribuir com o campo da agroecologia, da educação e dos estudos anticoloniais, tendo em vista a importância de pesquisas que promovam, a partir da perspectiva da interseccionalidade, conexões entre as práticas socioambientais e as identidades socioculturais juvenis. Existe uma lacuna nessas literaturas sobre o papel dos coletivos de juventudes LGBTQIAP+ na promoção de processos educativos e é essa agenda de pesquisa que este estudo pretende fomentar. Conclui-se que a cisheteronormatividade tem relação direta com o modelo de monocultura do agronegócio e as práticas sociais dos coletivos de juventudes LGBTQIAP+ têm um papel central na criação de processos educativos para libertação da terra e dos corpos e para permanência das/os jovens nos seus territórios.

Palavras-chave: Juventudes; Agroecologia; Coletivos; LGBTQIAP+; Processos Educativos.

SI HAY LGTBFOTIA NO HAY AGROECOLOGÍA: COLECTIVOS JUVENILES LGBTQIAP + Y PROCESOS EDUCATIVOS SOBRE LA DIVERSIDAD AFECTIVA, SEXUAL Y DE GÉNERO

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender los procesos educativos construidos a partir de grupos de jóvenes que reclaman el reconocimiento de la diversidad afectiva, sexual y de género en el campo, los bosques y las ciudades. Por lo tanto, se describirán y analizarán los procesos educativos llevados a cabo por los grupos de jóvenes LGBTQIAP+ del Movimiento de Trabajadores Sin Tierra, el Movimiento Indígena (Colectivo Tibira) y el Movimiento Agroecológico. Además, el estudio busca contribuir al campo de la agroecología, la educación y los estudios anticoloniales, considerando la importancia de la investigación que promueva, desde la perspectiva de la interseccionalidad, las conexiones entre las prácticas socioambientales y las identidades socioculturales juveniles. Existe un vacío en esta literatura sobre el papel de los grupos de jóvenes LGBTQIAP+ en la promoción de procesos educativos y es esta agenda de investigación la que este estudio pretende promover. Se concluye que la cisheteronormatividad está directamente relacionada con el modelo de monocultivo de agronegocios y las prácticas sociales de los grupos de jóvenes LGBTQIAP+ juegan un papel central en la creación de procesos educativos para la liberación de tierras y cuerpos y por la permanencia de las/os jóvenes en sus territorios.

Palabras clave: Jóvenes; Agroecología; Colectivos; LGBTQIAP+; Procesos educativos.

¹ Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/UFGM). Mestre em Ciência Política e Graduado em Gestão Pública pela UFGM. E-mail: gabriellornelas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6881-1278>

1 INTRODUÇÃO

“O patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra.
O sangue LGBT também é sangue sem terra!”

Coletivo LGBT do MST

Este artigo busca traçar um paralelo entre a colonização e exploração da terra e a colonização dos corpos e da sexualidade. A hipótese desta pesquisa é de que a cisheteronormatividade², fundamentada pela cosmovisão cristã monoteísta, tem relação direta com o modelo de monocultura do agronegócio. Por isso, a construção de alternativas de produção de alimentos de bases agroecológicas e de projetos de melhoria da qualidade de vida nos territórios deve estar alinhada à valorização tanto da agrobiodiversidade como da diversidade afetiva, sexual e de gênero. Nesse processo de libertação da terra e dos corpos, os coletivos de juventudes LGBTQIAP+³ têm um papel central.

Este artigo tem o objetivo de compreender os processos educativos construídos a partir dos coletivos de juventudes que reivindicam o reconhecimento da diversidade afetiva, sexual e de gênero no campo, nas florestas e nas cidades. Além disso, este estudo busca contribuir com o campo da agroecologia, da educação e dos estudos anticoloniais, tendo em vista a importância de pesquisas que promovam, a partir da perspectiva da interseccionalidade, conexões entre as práticas socioambientais e as identidades socioculturais juvenis. Existe uma lacuna nessas literaturas sobre o papel dos coletivos de juventudes LGBTQIAP+ na promoção de processos educativos e é essa agenda de pesquisa que este estudo pretende fomentar.

Esta pesquisa estruturou-se a partir de uma metodologia qualitativa e o método utilizado foi a análise de conteúdo de jornais, sites, redes sociais e vídeos relacionados aos coletivos de juventudes LGBTQIAP+. Além disso, utilizou-se da observação participante na primeira roda de conversa sobre a temática no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA).

O texto está organizado em três seções. Primeiramente, será apresentado o referencial teórico sobre os processos de colonização da sexualidade e da terra, e a relação com a divisão sexual do trabalho e com a configuração de diversas dicotomias que perpetuam a dominação da natureza e o poder colonial racista, sexista e LGBTfóbico. Posteriormente, serão descritos e analisados os processos educativos realizados pelos coletivos de juventude LGBTQIAP+ do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, do Movimento Indígena (Coletivo Tibira) e do Movimento Agroecológico.

² A cisheteronormatividade está fundamentada em relações de poder que criam processos de idealização, normalização, regulação e institucionalização do gênero, do sexo e da sexualidade, tendo como padrão a heterossexualidade e o binarismo e a identidade de gênero relacionada com ao sexo atribuído à nascença (cisgênero).

³ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outras.

Por fim, são ressaltadas as possibilidades e desafios dessa agenda de pesquisa e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

"Malditas sejam todas as cercas, todos os armários
e todas as leis que nos privam de viver e de amar!"
Coletivo LGBT do MST

O processo de colonização das sexualidades, de acordo com Estevão Fernandes (2017), está relacionado a dispositivos políticos, ideológicos, raciais, econômicos e científicos que estão intrinsecamente interligados. Esses mecanismos têm atingido diversas coletividades (rurais, urbanas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, dentre outras) a partir da imposição da cisheteronormatividade que faz parte da dinâmica do poder colonial que estruturam o modelo de moral e de família, e a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, é necessário compreender que a sexualidade “é uma esfera fundamental na compreensão da dinâmica colonial, cujo poder alcança as redes de casamento, parentesco, vida doméstica, alianças políticas, moradia, dentre outras, não se restringindo ao sexo, estrito senso” (FERNANDES, 2017, p. 23).

A cisheteronormatividade e a heterossexualização compulsória, promovidas pela colonização europeia, têm como base discursos e práticas religiosas, políticas e civilizatórias articuladas a pressupostos científicos/teológicos e socioculturais (FERNANDES, 2017). Esse processo de colonização e civilização dominante incide sobre os corpos e as sexualidades para padronização da moral a partir do modelo binário e hegemônico de família cristã “ideal”, criando processos de exploração e subordinação para manutenção do poder e da cultura moderna/colonial branca, patriarcal e heterossexual (FERNANDES, 2017).

De acordo a perspectiva do ecofeminismo queer de Greta Gaard (2011), a difusão da cultura ocidental e o processo de colonização do cristianismo na América Latina conectam um conjunto de opressões que afetam as mulheres, o erótico e as sexualidades queer (gays, lésbica, bissexual e transexuais), as pessoas não brancas e a natureza. Além disso, esses processos configuram a divisão sexual do trabalho e diversas dicotomias no quadro ideológico da cultura ocidental (cultura/natureza, masculino/feminino, mente/corpo, razão/emoção, civilizado/primitivo, público/privado, entre outras) para perpetuar a dominação da natureza e o poder colonial racista, sexista e LGBTfóbico (GAARD, 2011).

Antônio Bispo do Santos (2015), o Nêgo Bispo, recorre a excertos da Bíblia ⁴ para compreender como a cosmovisão cristã monoteísta dos colonizadores tem relação direta com os processos de dominação e desterritorialização.

O Deus da Bíblia, ao expedir e executar essa sentença, condenou o seu povo a penas perpétuas e indefensáveis, portanto, precisamos analisar essa leitura com certo detalhamento. Senão vejamos: ao amaldiçoar a terra e determinar uma relação fatigante entre o seu povo e a terra, classificando os frutos da terra como espinhos e ervas daninhas e impondo aos condenados que não comam de tais frutos, só podendo comer das ervas por eles produzidas no campo com o suor do seu próprio corpo, o Deus da além de desterritorializar o seu povo, também os aterrorizou de tal forma que não será nenhum exagero dizer que nesse momento ele inventou o terror psicológico que vamos chamar aqui de cosmofobia. (SANTOS, 2015, p. 31).

A cosmofobia está relacionada à separação da cultura e natureza, repercutindo no medo do cosmo e na desintegração das pessoas com os processos naturais da Terra. O processo de colonização configurou e configura o aniquilamento das cosmovisões pagãs politeístas que apresentavam outras relações sociais integradas com o meio ambiente. Para essas religiões de matriz afro-pindorâmicas ⁵

A terra, ao invés de ser amaldiçoada, é uma Deusa e as ervas não são daninhas. Como não existe o pecado, o que há é uma força vital que integra todas as coisas. As pessoas, ao invés de trabalhar, interagem com a natureza e o resultado dessa interação, por advir de relações com deusas e deuses materializados em elementos do universo, se concretizam em condições de vida. (SANTOS, 2015, p. 41).

A imposição da cosmovisão cristã monoteísta no processo de colonização e escravização no Brasil tentou destituir os povos afro-pindorâmicos de sua cosmovisão integrada com a natureza, além de taxá-los “como inferiores, religiosamente tidas como sem almas, intelectualmente tidas como menos capazes, esteticamente tida como feias, sexualmente tidas como objeto de prazer, socialmente tidas como sem costumes e culturalmente tidas como selvagens” (SANTOS, 2015, p. 38).

A partir da expansão do modelo de produção industrial capitalista e após a Segunda Guerra Mundial, inicia-se a difusão do pacote agroquímico industrial que forma a base do que é chamado atualmente de agronegócio. Todo o processo de desterritorialização funda a dicotomia urbano e rural e a divisão socioespacial das atividades econômicas e do trabalho, gerando uma dependência da produção de alimentos do campo para as cidades.

(...) os colonizadores passaram a defender a tese de que o que se produzia no campo não era mais suficiente para abastecer as cidades, criando-se, assim, as condições para o que era lixo

⁴ Segundo a Bíblia em Gênesis 3:17: “18 A terra produzirá para você espinhos e ervas daninhas, e você comerá a erva dos campos. 19 Você comerá seu pão com o suor do seu rosto até que volte para terra, pois dela foi tirado, você pó e ao pó voltará”.

⁵ De acordo com Nêgo Bispo (SANTOS, 2015, p. 20), “pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul”. No entanto, o autor utiliza alternativamente a expressão afro-pindorâmica para denominar o encontro dos povos do continente africano com os povos das Américas, enquanto um exercício de descolonização do pensamento e da linguagem.

da Segunda Guerra Mundial virasse implementos agrícolas no Brasil. Os caminhões criados para transportar soldados agora se faziam necessários para transportar os trabalhadores. A produção em ciclos curtos e larga escala, inclusive os venenos utilizados como desfolhante para combater a capacidade de camuflagem dos adversários, foram reaproveitados na monocultura para combater as "ervas daninhas". Assim, compulsoriamente, todo o lixo da Segunda Guerra Mundial transformou-se no grande pacote agroquímico dos tempos atuais. (SANTOS, 2015, p. 54).

Nesse sentido, ao mesmo tempo que a prática da agricultura no campo é colonizada pelo modelo de produção industrial do agronegócio ⁶, é estabelecida a padronização da moral a partir do modelo binário e hegemônico de família cristã "ideal", impondo comportamentos de gênero e colonizando a sexualidade dos corpos a partir de valores e práticas machistas, sexistas, racistas e LGBTfóbicas. A padronização dos papéis de gênero a partir da divisão sexual do trabalho e da cisheteronormatividade gera uma série de opressões e processos de exclusões de pessoas que se identificam com outras identidades e orientações, colocando-as em uma situação de marginalidade e vulnerabilidade, e causando silenciamentos e subalternização. Segundo Fernandes (2017, p. 26), "raça, sexualidade e moral sexual se articulam como mecanismos de classificação: o poder colonial se assenta nessa assimetria de forças – ontológicas, epistemológicas, políticas – de tal modo a abrir uma fissura naquelas pessoas cujas vidas não se enquadrem nos modelos hegemônicos".

Atualmente, as mobilizações anti-gênero ⁷, a discriminação da diversidade sexual e os processos de desdemocratização na América Latina são conformados em um contexto que tem como legado a imbricação colonial entre o campo religioso e as estruturas de poder e um histórico de autoritarismo institucional, além de grandes desigualdades de gênero, raça e classe, e diversos conflitos por terra e bens naturais (CORRÊA; PARKER, 2020). De acordo com Cooper (2017), a combinação e a sobreposição entre neoliberalismo e conservadorismo reforça a divisão sexual do trabalho e os papéis de gênero do padrão religioso conservador, atuando na "restauração da família" e reduzindo as políticas de proteção social.

No entanto, é nesse cenário que se tem emergido a atuação dos coletivos, uma nova forma de organização social e de ação coletiva que, de acordo com Perez e Filho (2017), podem ser definidos

⁶ O agronegócio no Brasil é um dos maiores produtores mundiais de soja e carne ao mesmo tempo que contribui para o aumento do desmatamento e de diversos conflitos socioambientais. Segundo Carol Adams (2012), em seu livro "A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina", a produção industrial e o consumo excessivo de carne, estabelecido pela cultura ocidental moderna, mantêm uma hierarquia de raça, gênero e classe, já que estão diretamente relacionados ao domínio patriarcal e ao símbolo de poder do homem branco e heterossexual. Nesse sentido, a teoria crítica feminista-vegetariana configura-se como uma prática para transformação das relações de opressão das mulheres, dos animais e do meio ambiente estruturadas pelo pensamento patriarcal e colonial.

⁷ No Brasil, o discurso da "ideologia de gênero" tem se configurado como uma questão central no cenário político, agregando as forças católicas e evangélicas, os ultraliberais conservadores, entre outros atores sociais. A propagação da ofensiva contra a "ideologia de gênero" no Brasil foi favorecida a partir de algumas condições políticas como, por exemplo, os debates sobre o Plano Nacional e os Planos Estaduais de Educação e os ataques às diretrizes pedagógicas sobre gênero e sexualidade a partir de 2013. Além disso, destaca-se a fusão de duas vertentes nas propagações das narrativas sobre "ideologia de gênero": o Movimento Escola Sem Partido, criado em 2003, e a onda de repúdio à "ideologia de gênero" propagada por católicos a partir de 2007 (CORRÊA e KALIL, 2019).

“enquanto formas de mobilização da sociedade civil regidas pelos princípios da horizontalidade, não institucionalidade, temporalidade e auto-organização” (p. 270). Apesar de não carregarem uma nomenclatura nova, os coletivos contemporâneos ou as “coletivas” não apresentam necessariamente uma pauta permanente, mobilizando diversas pautas como feminismo interseccional⁸ (gênero, raça, classe e sexualidade), causa LGBTQIAP+, antirracistas, defesa da juventude estudantil, direito à cidade, meio ambiente e outras (RIOS; PEREZ; RICOLDI, 2018).

Os coletivos de juventudes⁹ são protagonistas tanto na mobilização da pauta e da causa LGBTQIAP+ quanto de temas como da agroecologia¹⁰ e da alteração do modelo de desenvolvimento rural. Esses temas são centrais para os movimentos sociais contemporâneos em relação às disputas travadas no cenário nacional. De acordo com o livro “Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político” (CASTRO *et al.*, 2009), as juventudes foram conquistando espaços em diversas instâncias organizativas até assumir relevância no contexto nacional, envolvendo “uma gama de ações em busca de legitimação da juventude como categoria social e política” (p. 178). Ressaltam-se os diversos repertórios de ação e performances construídos pelas juventudes dos movimentos sociais rurais como as míticas, marchas, eventos e acampamentos

(...) a juventude tem pautado novas questões para os movimentos sociais rurais e, especialmente, refletido sobre a militância em si. Segundo outro jovem militante, há um entendimento acerca do processo de luta e reforma agrária diferenciado, em que não basta apenas ocupar uma terra, mas trabalhar valores éticos e morais que já fazem parte da pauta da juventude. Nesse sentido, os jovens consideram que a juventude tem um papel na mudança das práticas políticas e relações cotidianas. (CASTRO *et al.*, 2009, 188).

No campo da agroecologia, os coletivos de juventudes LGBTQIAP+ aliados às pautas feministas e antirracistas vêm consolidando espaços para construção de um projeto agroecológico que articule as questões de gênero, raça e sexualidade para romper com os estereótipos que marginalizam e criminalizam as pessoas. No IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido em 2018, sobressaíram as afirmações como “Sem feminismo não tem agroecologia”, “Se tem racismo não tem Agroecologia” e “Se há LGBTfobia não há Agroecologia”. De acordo com Delfino Mota (2020, p. 47), a agroecologia “precisa ser um espaço de enunciação com sujeitos e ‘sujeitas’ falantes,

⁸ De acordo com Rios, Perez e Ricoldi (2018), o termo interseccional foi cunhado por Kimberlé Williams Crenshaw e tem o intuito de superar o feminismo eurocêntrico e de classe média a partir da conjunção das categorias de raça, gênero, classe, sexualidade, entre outras.

⁹ De acordo com Dayrell (2007), é fundamental pautar a condição juvenil no Brasil a partir de duas dimensões que evidenciam tanto os significados sociais como os modos de vida de diferentes jovens, levando em consideração os marcadores sociais e os recortes culturais e territoriais.

¹⁰ O conceito de agroecologia pode ser compreendido a partir de três pilares (ciência, prática e movimento social) que se articulam para a transformação dos sistemas alimentares a partir de uma perspectiva de sustentabilidade com justiça social (WEZEL *et al.*, 2009). No Brasil, a agroecologia começou a se consolidar como uma referência conceitual e metodológica a partir dos anos 1990, mas desde 1970 já havia movimentos de agriculturas alternativas que denunciavam os danos da Revolução Verde. Atualmente, a agroecologia vem sendo incorporada como referencial técnico e político no âmbito dos movimentos sociais e das políticas públicas, principalmente de fortalecimento da agricultura familiar (SCHMITT, 2016).

precisa elucidar os processos de invisibilidade que dão a falsa sensação de ausência das/os marginalizadas/os”. Segundo Oliveira *et al.* (2009, p. 9), compreender as práticas sociais que criam processos educativos é fundamental, já que:

Os sujeitos que participam de tais práticas interconectam o aprendido em uma prática com o que estão aprendendo em outra, ou seja, o aprendido em casa, na rua, na quadra comunitária do bairro, nos bares, no posto de saúde, em todos os espaços por onde cada um transita, serve como ponto de apoio e referência para novas aprendizagens, inclusive aquelas que a escola visa proporcionar. Porém, tais experiências e contextos presentes nos escolares e nos universitários, nem sempre são identificados pela instituição; e, no caso de sê-lo, não são reconhecidos como academicamente qualificados (OLIVEIRA *et al.*, 2009, p. 9).

Portanto, na próxima seção serão descritos e analisados os processos educativos construídos a partir dos coletivos de juventudes que reivindicam o reconhecimento da diversidade afetiva, sexual e de gênero no campo, nas florestas e nas cidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sigla LGBTQIAP+ engloba tanto a diversidade afetiva e sexual como as identidades de gêneros. De acordo com Aguião (2016), a “coletividade LGBT” surge a partir de diversos desafios, disputas e negociações internas que acionam diferentes marcadores sociais e estratégias políticas para reconhecimento como sujeitos de direitos. É importante ressaltar que o Brasil ocupa o 1º lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBTQIAP+, além de ser líder mundial em assassinato de pessoas trans em 2020¹¹.

Os coletivos de juventudes LGBTQIAP+ do campo é um fenômeno recente, tendo ganhado maior expressão e visibilidade a partir de 2015 com a formação do Coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A criação do coletivo é considerada um grande marco na incorporação das lutas interseccionais pelo MST, que tem mais de 35 anos de história. Os processos educativos realizados pelo coletivo envolvem a realização de seminários¹² com rodas de conversas, intervenções e místicas, além de cursos de formação política para as pessoas LGBTQIAP+ do movimento¹³. Em 2016, as Normas Gerais do MST foram alteradas para incorporar a plena participação das pessoas envolvidas com o coletivo e também o enfrentamento da violência e

¹¹ De acordo com o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA). Disponível em: <https://ilga.org/es>. Acesso em: 25 set. 2021.

¹² Em julho de 2021, foi organizado o Seminário Diversidade Sexual e de Gênero da Via Campesina Brasil, um grande marco que envolveu diversos coletivos e organizações do campo, das águas e das florestas que constroem processos educativos e de resistência a partir das lutas feministas, anticapitalistas e antirracistas. No seminário foi lançado o Caderno de Formação “Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina: Rompendo o Silêncio sobre a existência das LGBTI no Campo”. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/5462/PDF_CARTILHA_LGBTI_VIA_CAMPESINA.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

¹³ Em 2020, foi lançado o documentário de curta metragem “LGBT Sem Terra: o amor faz revolução” com o objetivo de ampliar os processos educativos e a divulgação das ações e lutas do coletivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=04MnkQdV0Js>. Acesso em: 25 set. 2021.

discriminação. Contudo, somente em 2017 que o coletivo foi oficializado na organicidade do movimento (MST, 2019).

A edição especial do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de agosto de 2019 teve como tema “LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade”. O jornal teve o objetivo de divulgar as ações do coletivo e enfatizar que a liberdade e diversidade sexual fazem parte da Reforma Agrária Popular, informando os principais direitos dos sujeitos LGBT no Brasil como o casamento igualitário, adoção, retificação de registro civil de pessoas transgênero e a criminalização da LGBTfobia. Além disso, o material contava com um roteiro para orientar as/os militantes na organização de rodas de conversa locais e estaduais sobre a temática, incluindo um passo a passo que iniciava com a ornamentação e acolhida na roda de conversa até a importância do registro e sistematização dos debates (MST, 2019).

Outra mobilização de juventudes que vêm contribuindo com processos educativos sobre diversidade sexual e de gênero é o Coletivo Tibira, composto por jovens de diversas etnias indígenas do Brasil¹⁴ que buscam visibilizar as existências e as narrativas das pessoas indígenas LGBTQIAP+, promovendo a representatividade e enfrentando o preconceito dentro e fora das aldeias. O nome do coletivo é inspirado na primeira vítima de homofobia documentada no Brasil, ocorrido com o indígena Tibira do povo Tupinambá em 1614 na cidade de São Luiz do Maranhão. A prisão, tortura e execução pública de Tibira foram feitas por missionários colonizadores franceses que o amarram na boca de um canhão e partiram seu corpo ao meio. O caso é considerado o registro de crime homofóbico mais antigo do Brasil, refletindo o violento processo de colonização dos corpos e da sexualidade, a partir da cosmovisão cristã monoteísta¹⁵. Os processos educativos do coletivo Tibira ocorrem a partir de discussões relacionadas a questões de gênero e sexualidade que muitas vezes são pouco discutidas nos territórios, mas são fundamentais para romper estereótipos sobre as juventudes indígenas LGBTQIAP+ que precisam lutar tanto para manter suas práticas e saberes tradicionais e a identidade de povo originário, como para expressar sua sexualidade. O coletivo tem grande atuação nas redes sociais,¹⁶ além de atividades e ações nas aldeias e cidades, e produções audiovisuais.¹⁷

Em 2018, a questão da diversidade afetiva, sexual e de gênero ganhou visibilidade durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia, repercutindo na criação de um grupo nacional de pessoas LGBTQIAP+ com interesses de promover debates e reflexões sobre a temática¹⁸. Já em 2019, os

¹⁴ Algumas etnias de juventudes indígenas que compõem o Coletivo Tibira são Boe Bororo, Guajajara, Guarani, Terena Tupinikim, Tuxá, entre outras.

¹⁵ A história de Tibira foi resgatada por Luiz Mott, sociólogo, antropólogo, professor da Universidade Federal da Bahia e fundador do Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55462549>. Acesso em: 25 set. 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/indigenaslgbtq/?hl=pt-br>. Acesso em: 25 set. 2021.

¹⁷ Ressalta-se o documentário “Terra Sem Pecado” baseado na pesquisa “Homossexualidade indígena e LGBTQfobia no Brasil: duas faces da mesma moeda” de Krahô - Marcelo Costa Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w&feature=youtu.be>. Acesso em: 25 set. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/a-importancia-da-discussao-lgbt-na-agroecologia>. Acesso em: 25 set. 2021.

Grupos de Trabalhos de Juventudes da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) organizaram a primeira roda de conversa sobre a temática no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Aracaju/Sergipe, para visibilizar as experiências e desafios da população LGBTQIAP+ e aproximar dois movimentos que valorizam a diversidade, mas que muitas vezes não são debatidos conjuntamente.

Intitulada “Onde estão os/as sujeitos/as LGBTQI+ na Agroecologia?”, a roda utilizou-se da performance artística para ressaltar as singularidades e características do movimento LGBTQIAP+ e suas contribuições e inovações metodológicas para o movimento agroecológico, confluindo em possibilidades de construção de processos educativos interseccionais e socioambientais. Durante o encontro, ocorreram debates e trocas de experiências de pessoas LGBTQIAP+ de todas as regiões do Brasil. A roda de conversa foi registrada em audiovisual ¹⁹ e resultou na elaboração de uma carta ²⁰ com as seguintes propostas: coletar dados e incentivar as pesquisas sobre a questão LGBTQIAP+ no campo e nas experiências de agroecologia; criar um eixo para submissão de trabalhos que dê visibilidade para pesquisas orientadas pela perspectiva interseccional (gênero, raça, classe e sexualidade); estabelecer ações afirmativas para criar condições e apoios que viabilizem a participação de pessoas trans e travestis no CBA; promover editais e projetos para incentivar pesquisas e ações sobre a população LGBTQIAP+ na agroecologia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo estabeleceu um paralelo entre a colonização e exploração da terra e a colonização dos corpos e da sexualidade. A cisheteronormatividade, fundamentada pela cosmovisão cristã monoteísta, tem relação direta com o modelo de monocultura do agronegócio e com a criação de processos de exploração e subordinação para manutenção do poder e da cultura moderna/colonial racista, sexista e LGBTfóbica. Nesse sentido, a construção de alternativas de produção de alimentos de bases agroecológicas deve estar alinhada à valorização tanto da agrobiodiversidade como da diversidade afetiva, sexual e de gênero.

Os coletivos de juventudes LGBTQIAP+ têm um papel central tanto no processo de libertação da terra e dos corpos como na permanência das/os jovens nos seus territórios. As práticas sociais e as diversas atividades realizadas pelos coletivos de juventudes LGBTQIAP+ do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, do Movimento Indígena (Coletivo Tibira) e do Movimento Agroecológico criam processos educativos que permitem avançar nas lutas socioambientais e anticoloniais aliadas à perspectiva interseccional. Essa pauta também possibilita avançar no reconhecimento identitário e na redistribuição/justiça material e simbólica tanto no âmbito dos movimentos sociais como das

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eTxcdaOOxQ> Acesso em: 25 set. 2021.

²⁰ Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6434/4586>. Acesso em: 25 set. 2021.

pesquisas realizadas no campo da educação e da agroecologia, buscando fortalecer a produção científica, a diversidade sociocultural e a democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol. **A política sexual da carne**: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina. Tradução de Cristina Cupertino. São Paulo: Alaúde, 2012. 350p.

AGUIÃO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re) arranjos da política “LGBT”. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 279-310, 2016.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. **Os jovens estão indo embora?**: juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

COOPER, Melinda. **Family values**: Between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.

CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. **Políticas Antigénero en América Latina**. Prefácio. G&PAL, ABIA - Asociación Brasileira Interdisciplinar de SIDA SPW - Observatorio de Sexualidad y Política, 2020.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. 2019. **Políticas Antigénero en América Latina: Brasil – ¿La Catástrofe Perfecta?**. G&PAL, ABIA - Asociación Brasileira Interdisciplinar de SIDA SPW - Observatorio de Sexualidad y Política.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28 n.100, p. 1105-1128, out. 2007.

DELFINO MOTTA, Vivian. Pesquisa-Ação e Visibilização do Sujeito. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 2, june 2020. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/23280>>. Acesso em: 30 junho 2020.

FERNANDES, Estevão R. “**Existe índio gay?**”: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Editora Prismas, 2017. 245p.

GAARD, Greta Claire. Rumo ao ecofeminismo queer. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 19, v. 1, 2011.

MST. LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Edição Especial LGBT Sem Terra. Agosto de 2019.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; GONÇALVES JÚNIOR, Luiz; GARCIA-MONTRONE, Aida Victoria; JOLY, Ilza Zenker. **Processos Educativos em Práticas Sociais**: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. GT06 - Educação Popular. 32ª Reunião Anual da Anped. 2009.

PEREZ, Olivia Cristina. FILHO, Alberto Luís Araújo Silva. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latitude**, v. 11, n. 1, pp. 255-294, 2017.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene Ricoldi. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. 130 anos da abolição - cativo acabou?. Dossiê. Lutas Sociais - **Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)**, PUC/SP. v. 22, n. 40. 2018. (p. 36 - 51).

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SCHMITT, C. J. A transformação das “Ideias Agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology, as a science, a movement and a practice. **Agronomy for Sustainable Development**, n. 29, p. 503-515, 2009.